

Timorese National Parliament approves General State Budget for 2020

Dili, 08 Oct 2020 (Lusa) - The National Parliament approved today, with 43 votes in favour, 21 against and one abstention, the General State Budget (OGE) for 2020, which goes now to be sent to the Timorese President for promulgation.

“The OGE bill 22/5 for 2020 has been passed in the National Parliament. Congratulations to the Government” said the President of Parliament, Aniceto Guterres Lopes.

The final and global vote took place after a four-day specialty debate, involving several members of the Government, and during which more than 50 amendments were proposed to the executive’s initial text.

The budget has a total value of \$1,497 billion, of which \$220 million is earmarked for health and economic response to the covid-19 pandemic.

During the specialty debate, 19 amendments were adopted, which essentially only changed the text of the bill, but not the final value of the government’s proposal.

This was the third time the Government took the OGE for 2020 to Parliament, after the diploma was removed in December 2019 and voted down in January of this year, a situation that aggravated the political crisis in the country.

During the debate, budget execution was one of the main criticisms of the opposition, with questions regarding the implementation of the Covid-19 Fund and the governing capacity of the executive members.

The Government has only executed during the first nine months of the year, under the duodecimal regime, about half the budgeted amount.

In a joint explanation of its vote, the bench of the National Congress of Timorese Reconstruction (CNRT), the largest opposition party, explained that it voted against because it did not recognize the constitutional legitimacy of the government, after the political crisis earlier this year.

“The VIII Government has no constitutional legitimacy to put forward any bill”, said Deputy Patrocino dos Reis, saying that Parliament should have been dissolved because the country has been without budget for more than 60 days.

After questioning the legitimacy of the current Parliamentary leadership, elected in a controversial process in May, the CNRT further criticized the government’s “weak execution capacity” and announced that it will ask the Court of Appeal to assess the legitimacy of the diploma.

CNRT deputies left the room after these statements.

The government countertops defended public accounts, praised the executive for being able to “resist with resilience” in response to the Covid-19 pandemic and for overcoming the country’s political crisis, with measures also for economic recovery.

Deputies supporting the executive also criticized the demagoguery and political rhetoric of the CNRT, which they accused of abandoning the VIII Government.

The budget, which now needs to be promulgated by Timorese President Francisco Guterres Lu-Olo, predicts that the Government will spend almost as much as it spent on the first nine months of the year.

The National Parliament will resume normal work, even if soon it will return to budget issues, with the Government sending the OGE proposal for 2021 in mid-month.

That proposal is now being finalized, with the Government already approved an expense ceiling of around \$1,895 billion, the second highest value ever.

ASP // EJ

Lusa / End

Parlamento Nacional timorense aprova OGE para 2020

Díli, 08 out 2020 (Lusa) – O Parlamento Nacional aprovou hoje, com 43 votos a favor, 21 contra e uma abstenção, o Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2020, que vai agora ser remetido ao Presidente timorense para promulgação.

“A proposta de lei 22/5 do OGE para 2020 foi aprovada no Parlamento Nacional. Parabéns ao Governo”, declarou o presidente do Parlamento, Aniceto Guterres Lopes.

A votação final e global decorreu depois de um debate de quatro dias na especialidade, em que participaram vários membros do Governo, e durante o qual foram apresentadas mais de 50 propostas de emenda ao texto inicial do executivo.

O orçamento tem um valor total de 1,497 mil milhões de dólares (1,27 mil milhões de euros), dos quais 220 milhões de dólares (185 milhões de euros) estão destinados à resposta sanitária e económica à pandemia da covid-19.

Durante o debate na especialidade foram aprovadas 19 alterações que, no essencial, só alteraram o texto da proposta de lei, mas não o valor final da proposta do Governo.

Esta foi a terceira vez que o Governo levou o OGE para 2020 ao Parlamento, depois do diploma ter sido retirado em dezembro de 2019 e de ter chumbado em janeiro deste ano, situação que agudizou a crise política no país.

Durante o debate, a execução orçamental foi uma das principais críticas da oposição, com questões sobre a aplicação do Fundo Covid-19 e a capacidade governativa dos membros do executivo.

Em causa está que o Governo só executou nos primeiros nove meses do ano, em regime duodecimal, cerca de metade do valor orçamentado.

Numa declaração de voto conjunta, a bancada do Congresso Nacional da Reconstrução Timorense (CNRT), maior partido da oposição, explicou ter votado contra por não reconhecer legitimidade constitucional ao Governo, depois da crise político do início do ano.

“O VIII Governo não tem legitimidade constitucional para apresentar qualquer proposta de lei”, disse o deputado Patrocínio dos Reis, afirmando que o Parlamento devia ter sido dissolvido por o país estar sem orçamento durante mais de 60 dias.

Depois de questionar a legitimidade da atual mesa do Parlamento, eleita num polémico processo em maio, o CNRT criticou ainda a “fraca capacidade de execução” do Governo e anunciou que vai pedir ao Tribunal de Recurso para avaliar a legitimidade do diploma.

Os deputados do CNRT abandonaram a sala depois destas declarações.

As bancadas do Governo defenderam as contas públicas, elogiaram o executivo por ter conseguido “resistir com resiliência” na resposta à pandemia da covid-19 e por ter ultrapassado a crise política do país, com medidas também para a recuperação económica.

Os deputados que apoiam o executivo criticaram também a demagogia e retórica política do CNRT, que acusaram de abandonar o VIII Governo.

O orçamento, que tem agora de ser promulgado pelo Presidente timorense, Francisco Guterres Lu-Olo, prevê que o Governo gaste nos últimos dois meses do ano praticamente tanto como gastou nos primeiros nove.

O Parlamento Nacional vai retomar os trabalhos normais, ainda que em breve volte às questões orçamentais, com o Governo a enviar em meados do mês a proposta de OGE para 2021.

Essa proposta está agora a ser finalizada, sendo que o Governo aprovou já um teto de despesa de cerca de 1,895 mil milhões de dólares (1,616 mil milhões de euros), o segundo maior valor de sempre.

ASP // EJ

Lusa/Fim